

# PANO DE FUNDO

*De acordo com a proposta do PES - 2012*

## Despesa do Estado em investimento cai 5.7% em 2012

O Governo propõe-se a esticar a carteira de dívida e a deixar cair as despesas do Estado em investimento público em 2012. A máquina estatal também vai custar menos ao Tesouro

A proposta do Plano Económico Social (PES) para 2012 prevê um corte do investimento público na ordem de 5.7%, comparativamente a 2011.

O envelope de recursos do Estado em investimentos cai de 45.7% em 2011 para 40.0% em 2012 sobre o total do bolo orçamental para a despesa pública.

Este recuo é menor sobre o Produto Interno Bruto (PIB), porque o investimento do Estado sai de 17.4% para 15.0%, portanto, menos 2.4%. Contudo, os valores absolutos do investimento público sobem ligeiramente, saindo de 64,751.7 milhões de metcais para 65,017.8 milhões de metcais.

Este ano, esta despesa disparou com a organização dos X Jogos Africanos. Só as obras de construção da Vila Olímpica custaram ao Tesouro mais de 200 milhões de dólares norte-americanos.

A mão do Estado no investimento cai num ambiente de crise financeira internacional, caracterizada pela escassez de recursos financeiros e cortes nos donativos vindos do exterior.

Para 2011, o investimento do Estado será focado na educação, saúde e nas obras públicas, incluindo a construção de estradas e pontes e casas consideradas acessíveis.

Deverão ser construídas 18 880 habitações, das quais 731 na cidades de Maputo, Maputo Província (1 001), Gaza (1 213), Inhambane (1 166), Manica (1 395), Tete (1 667), Sofala (1 522), Zambézia (3 702), Nampula (3 835), Cabo Delgado (1 587) e Niassa (1 061).

Está também previsto o início de construção dos hospitais gerais de Nampula, Quelimane e Beira, assim como a construção de 1 400 novas salas de aula equipadas.

Na área da saúde, o governo pretende aumentar a proporção

Ramos de actividade	BL 2010	PL 2011	Prev 2011	PL 2012
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL E SILVICULTURA	5.9	7.9	6.3	9.9
AGRICULTURA	7.9	8.6	5.3	9.8
PRODUÇÃO ANIMAL	-5.7	6.7	12.0	15.9
SILVICULTURA	5.9	3.0	7.0	2.1
PESCA	7.7	8.8	-5.1	18.4
INDÚSTRIA EXTRACTIVA	5.6	0.9	28.9	27.5
MANUFACTURA	1.9	3.6	3.5	3.6
ELECTRICIDADE E ÁGUA	7.7	-3.7	2.7	1.5
CONSTRUÇÃO	-14.0	3.0	0.0	0.3
COMÉRCIO	5.7	7.9	3.7	7.3
REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	1.6	3.2	3.7	7.3
ALOJAMENTO, RESTAURANTES E SIMILARES	11.0	2.6	2.6	2.6
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	10.1	10.4	12.4	16.9
ACTIVIDADE FINANCEIRA	26.6	20.5	17.7	17.7
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS				
PRESTADOS AS EMPRESAS	6.4	6.8	6.4	0.0
SERVIÇOS DO GOVERNO	11.9	0.0	0.8	11.3
OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	2.4	2.4	2.4	2.4
<b>TOTAL DE PRODUÇÃO</b>	<b>6.2</b>	<b>6.7</b>	<b>6.3</b>	<b>8.5</b>

	Milhões de MT		% do PIB		% do Total	
	OE 2011	Proposta 2011	OE 2011	Proposta 2012	OE 2011	Proposta 2012
<b>Total de Recursos</b>	<b>141,757.2</b>	<b>162,535.</b>	<b>4.38.1%</b>	<b>37.5%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>81,776.6</b>	<b>98,188.1</b>	<b>22.0%</b>	<b>22.7%</b>	<b>57.7%</b>	<b>60.4%</b>
Recargas do Estado	79,158.0	95,538.0	21.3%	22.0%	55.8%	58.8%
Recargas de Capital	1,971.0	2,531.1	0.5%	0.8%	1.4%	1.6%
Crédito Interno	2,618.6	2,650.1	0.7%	0.6%	1.8%	1.6%
<b>Recursos Externos</b>	<b>59,980.6</b>	<b>64,347.3</b>	<b>16.1%</b>	<b>14.9%</b>	<b>42.3%</b>	<b>39.6%</b>
Donativos	35,284.5	34,718.6	9.5%	8.0%	24.9%	21.4%
Créditos	24,696.1	29,628.8	6.6%	6.8%	17.4%	18.2%
<b>Total de Despesas</b>	<b>141,757.2</b>	<b>162,535.4</b>	<b>38.1%</b>	<b>37.5%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>
(Incl. operações financeiras)						
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>73,648.7</b>	<b>84,146.2</b>	<b>19.8%</b>	<b>19.4%</b>	<b>52.0%</b>	<b>51.8%</b>
<b>Despesas de Investimento</b>	<b>64,751.7</b>	<b>65,017.8</b>	<b>17.4%</b>	<b>15.0%</b>	<b>45.7%</b>	<b>40.0%</b>
Componente Interna	20,581.7	23,761.0	5.5%	5.5%	14.5%	14.6%
Componente Externa	44,170.0	41,256.8	11.9%	9.5%	31.2%	25.4%
Donativos	24,098.4	25,019.8	6.5%	5.8%	17.0%	15.4%
Créditos	20,071.6	16,237.0	5.4%	3.7%	14.2%	10.0%
<b>Operações Financeiras</b>	<b>3,356.9</b>	<b>1,371.4</b>	<b>0.9%</b>	<b>3.1%</b>	<b>2.4%</b>	<b>8.2%</b>

Fonte: Proposta do Plano Económico e Social para 2012

de doentes com Tuberculose (TB) e HIV com acesso ao tratamento anti-retroviral de 25% para 30%.

Vários troços da estrada nacional número 1 deverão receber obras, nomeadamente Macomia-Oasse 26 km, Rio Ligonha - Nampula 43 km, Namialo - Rio Mecucuti 31 km, Rio Mecucuti - Rio Lúrio 31 km.

### AJUDA EM QUEDA

Os donativos seguem uma tendência de descida sobre o total dos recursos, mas são compensados com o crédito. Até porque a dívida vai subir muito, mais ou menos cinco mil milhões de metcais.

A ajuda em donativos reduz de 24.9% para 21.4%. Quer dizer, sai de 35,284.5 milhões de metcais para 34,718.6 milhões. Já o crédito

sai de 17.4% para 18.2% - de 24,696.1 milhões de metcais para 29,628.8 milhões.

Refira-se que, recentemente, o ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuerencia, e o governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove, deslocaram-se a Washington, Estados Unidos, onde negociaram com o Fundo Monetário Internacional e o Ban-

co Mundial a possibilidade de aumentar o peso do crédito não concessional.

É que aquelas duas instituições têm pressionado o país a travar a contratação de crédito não concessional, por considerar que a dívida moçambicana pode tornar-se insustentável.

O Governo, perante as necessidades de desenvolvimento, burocracia e escassez de recursos concessional, quer mesmo avançar para o crédito comercial. Este posicionamento surge numa altura em que alguns doadores decidiram afinar a ajuda orçamental a Moçambique.

Cinco membros do grupo de 19 países e instituições que financiam directamente o Orçamento de Estado, o chamado G19 ou Parceiros de Apoio Programático, decidiram cortar a ajuda orçamental para 2012.

A Áustria cortou 700 mil euros; a Dinamarca, quatro milhões de euros; a Irlanda, dois milhões de euros; a Suíça, um milhão de CHF; e a Suécia cortou 20 milhões SEK.

### DESPEAS COM FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento, incluindo a massa salarial do Aparelho do Estado, vão reduzir sobre o PIB os recursos totais da despesa. Esta é uma resposta à crítica de que o funcionamento do Estado tem uma excessiva despesa, comparativamente ao investimento público que impulsiona a economia.

As despesas com o funcionamento devem descer de 52.0% para 51.8%, mas a massa absoluta continua pesada.

Os gastos públicos com o Aparelho do Estado crescem de 73,648.7 milhões para os 84,146.2 milhões de metcais. ■